



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA PRIMEIRA (1ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

No primeiro dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezesseis, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Primeira (1ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de janeiro de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Quadragésima (40ª) Sessão Ordinária; Décima (10ª), Décima Primeira (11ª) e Décima Segunda (12ª) Sessões Extraordinárias, realizadas todas em 14 de dezembro de 2015, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Dada como lida ainda, a ata da Sessão Solene de Entrega de Títulos de Cidadão Mogimiriano, realizada no dia 15 de dezembro de 2015, também assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 01, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “instituinto, no município de Mogi Mirim, a Parada Legal no Transporte Coletivo”; (ao exame das comissões permanentes); 2. Projeto de Lei nº 02, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “instituinto, no município de Mogi Mirim, a Creche Municipal do Idoso”; (ao exame das comissões permanentes); 3. Projeto de Lei nº 03, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “instituinto, no município de Mogi Mirim, o Programa Cidade Segura e dando outras providências”; (ao exame das comissões permanentes); 4. Projeto de Lei nº 04, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo Municipal de instituir o exame de saúde básico, para todas as crianças matriculadas nas creches e alunos da rede municipal de ensino”; (ao exame das comissões permanentes); 5. Projeto de Lei nº 05, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 01/2016, datada de 04/01/2016, objeto do Ofício nº 01/2016, de igual data,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“dispondo sobre permissão de uso, a título gratuito, de bens públicos que especifica, à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 06, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a determinação de que, na iluminação pública do Município de Mogi Mirim, sejam somente utilizadas lâmpadas de custo acessível e maior eficiência”; (ao exame das comissões permanentes); 7. Projeto de Lei nº 07, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “instituído o Programa Adote Uma Unidade de Saúde”; (ao exame das comissões permanentes); 8. Projeto de Lei nº 08, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “institui a obrigatoriedade da divulgação dos gastos, com publicidade, efetuados pelos Poderes Legislativo e Executivo e dando outras providências”; (ao exame das comissões permanentes); 9. Projeto de Lei nº 09, de 2016, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “assegura transporte coletivo gratuito, no município de Mogi Mirim, à gestantes e mães de recém-nascidos, de baixa renda, até hospitais e postos de saúde, para consultas de pré-natal e de acompanhamento do bebê, durante os primeiros sessenta (60) dias de vida”; (ao exame das comissões permanentes); 10. Projeto de Lei nº 10, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 02/2016, datada de 06/01/2016, objeto do Ofício nº 02/2016, de igual data, “dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 5.716, de 02 de outubro de 2015”; (ao exame das Comissões Permanentes); 11. Projeto de Lei nº 11, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 03/2016, datada de 11/01/2016, objeto do Ofício nº 03/2016, de igual data, “alterando a composição do Conselho Municipal de Habitação, criado pela Lei Municipal nº 2.975, de 08 de maio de 1998, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 12. Projeto de Lei nº 12, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mensagem nº 04/2016, datada de 12/01/2016, objeto do Ofício nº 04/2016, de igual data, “dispondo sobre as diretrizes para instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar, no âmbito da administração direta e indireta, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 13. Projeto de Lei nº 13, de 2016, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre a criação do Programa Empresa Aliada do Esporte e Lazer, no município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das comissões permanentes); 14. Projeto de Lei nº 14, de 2016, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “dispondo sobre a criação da Semana da Troca de Livros, nas escolas do município de Mogi Mirim”; (ao exame das comissões permanentes); 15. Projeto de Lei nº 15, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 05/2016, datada de 20/01/2016, objeto do Ofício nº 05/2016, de igual data, “autorizando repasse dos recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 16. Projeto de Lei nº 16, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 06/2016, datada de 21/01/2016, objeto do Ofício nº 06/2016, de igual data, “dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 5.674, de 21 de maio de 2015”; (ao exame das Comissões Permanentes); 17. Projeto de Lei nº 17, de 2016, do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “instituinto a Semana Municipal de Conscientização sobre a Alienação Parental, e dando outras providências”; (ao exame das comissões permanentes); 18. Projeto de Lei nº 18, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 07/2016, datada de 27/01/2016, objeto do Ofício nº 07/2016, de igual data, “dispondo sobre a organização das Feiras Livres e do Produtor e dando outras providências”; (ao exame das Comissões



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Permanentes); 19. Projeto de Resolução nº 01, de 2016, do Vereador Leonardo David Zaniboni, “aditando o inciso I e o Parágrafo 1º, do Artigo 6º, da Resolução nº 153, de 14 de agosto de 1989, que dispõe sobre a utilização da Tribuna Livre, na Câmara Municipal de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 20. Projeto de Resolução nº 02, de 2016, do Vereador Leonardo David Zaniboni, “dispondo sobre a modificação do Artigo 34, da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim vigente”; (ao exame das Comissões Permanentes); 21. Balancete da receita e despesa da Câmara de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 22. Balancete da receita e despesa da Prefeitura de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 23. Relatório de restos a pagar, posição de dotação, listagem de empenho, balancete da receita e balancete contábil da Prefeitura de Mogi Mirim, “referente ao mês de novembro/2015”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 1/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro informações sobre o cronograma de manutenção na Estrada Municipal Rural MMR - 281, denominada Estrada do Travessão, onde, em determinado ponto, encontra-se solapada. Requerimento nº 2/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: requer informações acerca da regulamentação da Lei nº 119, de 2003, que criou o programa de hortas comunitárias, visando à divulgação da lei, bem como, aproveitar mão de obra desempregada, aproveitar áreas devolutas, além de manter terrenos (baldios) limpos e utilizados. Requerimento nº 4/2016 Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro informações sobre o cronograma de manutenção na Estrada Municipal Rural MMR - 287, denominada Estrada do Gabrielzinho. Requerimento nº 5/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Santos. Assunto: Solicita informações quanto à possibilidade de substituição dos semáforos tradicionais, por semáforos, com temporizadores, que são mais confortáveis, seguros e reduzem o estresse dos motoristas, que transitam pelo município. Requerimento nº 6/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Requer informações da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços sobre quais providências foram tomadas para sanar os problemas de água de esgoto na Rua Benedito Alves Paulino, Bairro Santa Luzia, conforme indicação nº 530 de 2015. Requerimento nº 7/2016. Autoria: Luiz Antonio Guarnieri. Assunto: reiterando ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp os requerimentos nºs 427/15, 451/15, 472/15, 487/15, 488/15. Requerimento nº 8/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requer informações sobre o cronograma de reparos a ser feito nas ruas do município. Requerimento nº 9/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requer cópia do cronograma para limpeza, manutenção e desentupimento dos bueiros, em todo o município. Requerimento nº 10/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requer relatório, contendo número de autuações de trânsito registradas, no município, no ano de 2015, contendo suas tipificações. Requerimento nº 11/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeira informações a respeito do projeto do interceptor de esgoto do Córrego Toledo. Requerimento nº 12/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer estudos e informações, para que sejam implantadas faixas elevadas, para travessia de pedestres, em toda região central da cidade, de acordo com Resolução nº 495, do CONTRAN, considerando a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade do município. Requerimento nº 13/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: requer alteração dos dias de sessões ordinárias. Requerimento nº 14/2016. Autoria: Leonardo David Zaniboni. Assunto: requer, através da secretaria competente, que o Prefeito encaminhe, para esta Casa de Leis, balanço detalhado da CIP, de 2015. Requerimento nº 16/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requeremos seja oficiado a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Concessionária Intervias a respeito da duplicação da SP - 147 Rodovia João Tosello, trecho de Mogi Mirim até Engenheiro Coelho. Requerimento nº 17/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer cópia do edital da concessão do tratamento de esgoto. Requerimento nº 18/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: reitero solicitação feita, através de Indicação nº 507/2014, ao Executivo Municipal, referente à implantação de redutor de velocidade (lombada), na Rua Ângelo Bruno, no Bairro Parque das Laranjeiras. Requerimento nº 19/2016. Autoria: Leonardo David Zaniboni. Assunto: requer sejam iniciados estudos, em conjunto com a ACOJAMBA – Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências, para elaboração de projeto, visando à implantação de uma horta comunitária. O Requerimento nº 15/2016, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “solicitando convocar o Sr. Wilson Rogério da Silva, Secretário de Obras do Município, para a sessão de Câmara, no próximo dia 15 de fevereiro (segunda-feira), às 18:30h, objetivando prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras, no Parque das Laranjeiras”, foi rejeitado, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis; (o Presidente exerceu direito de voto, conforme reza o Artigo 20, III, do RI); (arquite-se). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 1/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita manutenção na iluminação pública, na Praça Catarino Marangoni, localizada no Bairro Tucuru. Indicação nº 2/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita manutenção, na iluminação pública, na Avenida Pedro Botesi. Indicação nº 3/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita manutenção na iluminação pública, na Rua Paulo Piva, localizada no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 4/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita manutenção, na iluminação pública, na Rua Angelino Mariotoni, localizada no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 5/2016. Autoria: Jorge Setoguchi.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: solicita manutenção, na iluminação pública, na Rua Renato Portioli, localizada no Bairro Jardim Brasília. Indicação nº 6/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita manutenção, na iluminação pública, na Avenida Brasil. Indicação nº 7/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicita limpeza e roçagem do mato, no Cemitério Municipal. Indicação nº 8/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indica manutenção, no pavimento asfáltico, na Avenida Juscelino Kubitschek. Indicação nº 10/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico manutenção e limpeza na Praça Lucinda Brasi Brandão, no Bairro Jardim Inocoop. Indicação nº 11/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Luís Gustavo Antunes Stupp, previsão na LDO e LOA, de dotação orçamentária, para abertura de concurso público e contratação de Guardas Civis Municipais e Bombeiros, tendo em vista a defasagem de efetivos. Indicação nº 12/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Luís Gustavo Antunes Stupp, previsão na LDO e LOA, de dotação orçamentária específica para o Programa Bem-Estar Animal, atendendo e cumprindo o disposto na Lei nº 5.550, de 12 de maio de 2014. Indicação nº 13/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Luís Gustavo Antunes Stupp, previsão na LDO e LOA, de dotação orçamentária, para abertura de concurso público, para a contratação de Psicólogos e Assistentes Sociais, visando o fortalecimento da Rede de Atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Indicação nº 14/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Mobilidade Urbana, estudos quanto à viabilidade de serem feitas alterações no trânsito, na Rua São Miguel, Bairro Vila Bianchi, tornando-a uma via de mão única. Indicação nº 15/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Obras e Planejamento/Gerência de Limpeza Pública, providências para limpeza dos canteiros centrais e calçadas, no Distrito Industrial, principalmente, Avenida João Pinto e Avenida Rainha. Indicação nº 16/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize manutenção no passeio público, localizado no Túnel Mário Covas. Indicação nº 17/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize manutenção, nas ruas do assentamento do Horto Vergel. Indicação nº 18/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize melhorias na Rua Jairo Aparecido Vilela, no Jardim Sbeghen. Indicação nº 19/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize melhorias nas Ruas do Bairro Domênico Bianchi. Indicação nº 20/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize limpeza e desobstrução do sistema de escoamento de água da ponte, localizada na Rua 32, no Parque das Laranjeiras. Indicação nº 21/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize limpeza e manutenção no campo e na pista de atletismo do NIAS. Indicação nº 22/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize limpeza e roçagem no mato, nas margens da ferrovia. Indicação nº 23/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Solicita implantação de redutor de velocidade, em frente às Chácaras Areião. Indicação nº 24/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Solicita implantação de redutor de velocidade, na Rua Francisco Manera, do Bairro Novacoop (Jardim Copacabana), altura do número 225. Indicação nº 25/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Solicita serviços de manutenção, tais como, passagem de máquina e colocação de cascalho, nas ruas do Bairro Parque das Laranjeiras, que não estejam sendo asfaltadas. Indicação nº 26/2016. Autoria: Benedito José do Couto. Assunto: Indica operação tapa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

buraco, em toda extensão das ruas dos bairros, localizados na Zona Leste. Indicação nº 27/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: solicita atuação do serviço ‘tapa buraco’, em toda extensão da Rua João Carlos da Cunha Canto, sentido centro bairro, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Indicação nº 28/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: solicita providências urgentes, para a limpeza da ‘boca de lobo’ - bueiro, localizado na Rua João Teodoro, esquina com a Rua Conde de Parnaíba, centro comercial da cidade. Indicação nº 29/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: solicita providências urgentes, para a limpeza da ‘boca de lobo’ - bueiro, localizado na Rua Paissandu, esquina com a Rua Conde de Parnaíba, centro comercial da cidade. Indicação nº 30/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: solicita atuação de serviço de manutenção, limpeza e capinação no complexo esportivo Vereador Ocílio Rótoli (Tucurinha), em face do mato estar muito alto e o alambrado danificado. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 1/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: moção de pesar, pelo falecimento do Sr. Paulo Franco de Campos, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2016. Moção nº 2/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: moção de pesar, pelo falecimento do Sr. Dimas Augusto de Oliveira, ocorrido no dia 24 de dezembro de 2015. Moção nº 3/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: moção de pesar, pelo falecimento do ex-vereador José Luiz de Oliveira - Zecão, ocorrido no dia 13 de dezembro de 2015. Moção nº 4/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Edmilson Tavares Pinheiro, ocorrido em 01 de janeiro de 2016. Moção nº 5/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao 26º BPMI - Comandante Tenente Coronel Cícero Barboza e 2º Sargento PM Márcio Dener Coran, do Estado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maior da Unidade Operacional, pela Brilhante Palestra Sobre Supervisão, Disciplina e Liderança, ministrada aos integrantes da Guarda Civil Municipal e Bombeiros, no último dia 26 de janeiro de 2016. Moção nº 6/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da Senhora Celina Bordignon Adorno, ocorrido no dia 18 de dezembro de 2015. Moção nº 7/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: moção de pesar pelo falecimento do Senhor Dayrson Chiarelli Junior, ocorrido no dia 18 de dezembro de 2015. Moção nº 9/2016. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Aparecida Justino Andrade, ocorrido no dia 02 de janeiro de 2016. Moção nº 10/2016 - Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Inês Franco dos Santos, ocorrido no dia 20 de dezembro de 2015. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, datados de 11 de dezembro de 2015; e Ofícios nºs 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, datados de 22, 25, 26, 27 de janeiro de 2016, todos subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento nº 421/2015; Requerimento nº 463/2015; Requerimento nº 440/2015; Requerimento nº 475/2015; Indicação nº 455/2015; Indicação nº 509/2015; Indicação nº 510/2015; Indicação nº 522/2015; Requerimento nº 469/2015; Requerimento nº 414/2015; Requerimento nº 486/2015; Requerimento nº 494/2015; Requerimento nº 495/2015; Requerimento nº 496/2015; Indicação nº 513/2015; Requerimento nº 379/2015; Requerimento nº 443/2015; Requerimento nº 515/2015;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 519/2015; Requerimento nº 488/2015;
Requerimento nº 453/2015; Requerimento nº 509/2015;
Requerimento nº 505/2015; Requerimento nº 521/2015;
Requerimento nº 551/2015; Requerimento nº 017/2015;
Requerimento nº 430/2015; Requerimento nº 462/2015;
Requerimento nº 501/2015; Requerimento nº 381/2015;
Requerimento nº 492/2015; Requerimento nº 493/2015;
Requerimento nº 506/2015; Requerimento nº 456/2015;
Requerimento nº 458/2015; Indicação nº 535/2015; Indicação
nº 546/2015; Indicação nº 576/2015; Indicação nº 451/2015;
Indicação nº 479/2015; Indicação nº 452/2015; Indicação nº
527/2015; Indicação nº 541/2015; Indicação nº 542/2015;
Indicação nº 543/2015; Indicação nº 544/2015; Indicação nº
545/2015; Indicação nº 577/2015; Indicação nº 536/2015;
Indicação nº 579/2015; Indicação nº 581/2015; Indicação nº
582/2015; Indicação nº 583/2015; Indicação nº 584/2015;
Indicação nº 456/2015; Indicação nº 511/2015; Indicação nº
529/2015; Indicação nº 540/2015; Indicação nº 550/2015;
Indicação nº 129/2015; Indicação nº 443/2015; Indicação nº
485/2015; Indicação nº 486/2015; Indicação nº 487/2015;
Indicação nº 488/2015; Indicação nº 489/2015; Indicação nº
497/2015; Indicação nº 564/2015; Indicação nº 565/2015;
Indicação nº 518/2015; Indicação nº 519/2015; Indicação nº
520/2015; Indicação nº 552/2015; Indicação nº 553/2015;
Indicação nº 554/2015; Indicação nº 555/2015; Indicação nº
556/2015; Indicação nº 557/2015; Indicação nº 566/2015;
Indicação nº 567/2015; Indicação nº 568/2015; Indicação nº
569/2015; Indicação nº 570/2015; Indicação nº 571/2015;
Indicação nº 572/2015; Indicação nº 574/2015; Indicação nº
459/2015; Indicação nº 580/2015; Indicação nº 472/2015;
Indicação nº 473/2015; Indicação nº 537/2015; Indicação nº
538/2015; Indicação nº 549/2015, todos desta Edilidade”;
(arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores);
Ofício nº7Gb – 038/210/15, datado de 05 de novembro de
2015, subscrito pelo 1º Tenente PM Vinícius Zampolo,
Comandante do Posto de Bombeiros de Mogi Guaçu,
“respondendo o ofício nº278/2015, desta Edilidade”;(arquite-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

se, após dar ciência à Vereadora Luzia C. C. Nogueira). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Desejo discursar sobre os irmãos Dimas e Zecão. Dimas Augusto de Oliveira e José Luiz de Oliveira, este último, ex-vereador desta Casa. Dois irmãos, que há muitos anos, na zona norte, começaram, junto à mãe, dona Tereza Tancredo, a distribuição da sopa aos mais carentes. Tive a felicidade de conhecer os dois irmãos e toda a família. Se tenho trinta e dois anos de Correios, tenho graças a essas duas pessoas. O Zecão trabalhou comigo durante muitos anos. Foi um mês de dezembro triste, para esta família. No prazo de, praticamente, uma semana, os dois irmãos faleceram. Hoje, Miriam, esposa de Dimas, está à frente da entidade Equipotência. Espero, que ela dê continuidade ao projeto, que foi idealizado pela sogra. Aos familiares, Miriam, Toninha, Bruna, Júlia, digo, que, certamente, os irmãos estão no céu. Espero, que Miriam continue dando continuidade à Equipotência. Contem comigo e com esta Câmara Municipal. Que Deus lhes dê força, para continuar com Equipotência. Ao final da sessão, vamos guardar um respeitoso Minuto de Silêncio, em memória dos falecidos. Desculpem-me a emoção”, declarou. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente facultou o uso da palavra ao Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que declinou. O próximo inscrito foi o Vereador Cinoê Duzo. “Endosso a homenagem feita ao Zecão e ao Dimas. Sei muito bem o que é perder um ente querido. Que Zecão continue iluminando, de onde estiver, no momento. Desejo falar sobre uma notícia, publicada pelo jornal O Popular, questionando a cobrança da Contribuição de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Iluminação Pública - CIP. O juiz está, novamente, cobrando. Ele quer saber, onde é que foi parar o dinheiro recolhido com a taxa de iluminação, cobrada desde setembro de 2014. O ‘rascunho de prefeito’ não dá a mínima para a população. A cidade vive às escuras. O Poder Judiciário está cobrando, pela segunda vez, e o ‘moleque’ nega prestar contas. Até quando, não sabemos. Quero crer, que a Justiça tarde, mas não falhe. O mínimo, para a segurança da população, é a iluminação e o prefeito não está nem aí. O jornal também estampa: ‘assaltantes fazem arrastão e aterrorizam na zona rural’. Quero ver o vereador vir aqui, para defender o prefeito! A zona rural está abandonada. Mentiroso, o ‘moleque’. Só faz promessas; só engambela o povo, sem nenhum retorno. A cidade está totalmente esburacada! O Parque das Laranjeiras está um descaso total. A saúde? O ex-secretário ‘tomou Doril e sumiu’! É o atual vice-prefeito. Para cumprir tabela, faz nada. Saúde? Quero lembrar o caos da Dengue e do Zika vírus. O ex-secretário dizia, que estava tudo tranquilo na cidade. Que não havia epidemia. Mentira! O Aedes está fora de controle! A iluminação da cidade está a zero, a saúde às minguas. O Parque das Laranjeiras está abandonado. A Secretaria da Educação dizendo que vai municipalizar a merenda. Ora! Podem dar cinco refeições, mas será que elas têm conteúdo nutricional? Este ‘rascunho de prefeito’ tem que parar de brincar com a população. Tolerância zero. Ele é o desgoverno, em pessoa”, destacou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Quaglio. “Estamos retornando às nossas atividades após o recesso. Tivemos cerca de quarenta e cinco dias, sem sessões. Em janeiro, fizemos a última reunião do PSDB. Não pude participar, mas minha colega de bancada, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, colocou seu nome à disposição do partido, como pré-candidata a prefeito. Um nome de peso, na política mogimiriana. Gostei da atitude. Confesso, que eu já sabia da pré-candidatura silenciosa. Isto só vem enaltecer a democracia no nosso partido. Demonstra, que houve consenso, desde a eleição da Executiva. Além dela, outras pessoas têm interesse. Até o dia da convenção, pode ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que venham outros nomes e isto, só mostra que o PSDB tem nomes de peso, para governar esta cidade, muito melhor do que ela está sendo administrada, atualmente. Não tenho dúvida disto. Eu volto a afirmar, como já disse, o meu nome continua à disposição. Se eu for o indicado, ficarei lisonjeado, e se meu nome for preterido, por outro, acatarei e apoiarei o candidato do partido. Isto é democracia. Nossa cidade está acima de qualquer ego, ou disputa de interesses. O PSDB é um partido forte, que vem para disputar a prefeitura, num cargo majoritário. Fará aliança, com outras siglas, pois são vários os partidos que têm procurado o PSDB. Isto é democracia. Certamente, teremos um nome forte, para disputar a prefeitura. E, se eleitos, vamos arrumar esta cidade. Maria Helena, volto a dizer, pode ser que outros nomes pleiteiem. Independentemente disto, o nome indicado pelo partido, se não o meu, terá meu apoio incondicional, para a prefeitura desta cidade”, salientou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Primeiramente, meus sentimentos à família do Vereador Zecão. Desejo também agradecer a aprovação de dois requerimentos, de minha autoria, um deles, pedindo o balanço da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, de 2015, porque está uma coisa vergonhosa. No auge da discussão, fica com a prefeitura, ou fica com a Elektro. Certo é que a cidade ficou abandonada. Pouco se entendia e, agora, não se entende mais nada da situação. Já faz um tempo, que a empresa está recebendo, a empresa está trabalhando, mas a cidade continua no escuro, avenidas e ruas inteiras, sem luz. Passou do limite de nossa paciência. Temos que investigar, está muito estranho não se resolver a questão das lâmpadas. Temos que nos unir, para investigar, para valer. O segundo requerimento, para estudo e encaminha uma lista de apoio, do pessoal da Acojamba – Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências. Em frente ao campo da Acojamba, a prefeitura possui uma área grande. Eles pretendem uma horta comunitária, no local, envolvendo produtos orgânicos. A ideia é muito boa e tomara seja uma ideia que saia do papel.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Estamos cheios de ideias boas, mas vamos lutar, para que esta ideia dê certo. O pessoal do Maria Beatriz está engajado, na ideia, inclusive, o pessoal da escola do bairro, e eles fazem questão de dizer que não se trata de um abaixo-assinado, mas de uma lista de apoio. Sobre o Parque das Laranjeiras, principalmente, nesta época de chuvas. Com a chuva, os problemas pioram. Quero dizer que, nesta semana, conversaremos com o engenheiro responsável pelo parecer último, que foi exarado, dentro do processo de regularização do Parque das Laranjeiras. Vamos conversar, diretamente, com ele. É bom esclarecer, até mesmo para a imprensa, que o processo não está parado. O número da CETESB, no processo do Cidade Legal, é de 2014. Desde sua entrada, na CETESB. O processo ficou, praticamente, um ano e poucos meses na CETESB, para exarar parecer e se trata de um parecer muito difícil de ser cumprido. É sobre isto, que iremos conversar com o engenheiro, nesta semana, procurando um acordo. Isto envolve a emoção das famílias. O projeto, como a maioria já sabe, tirou algumas ruas do bairro e algumas famílias terão que ser removidas. A CETESB questiona a remoção das famílias, antes da regularização. Precisamos chegar num consenso. Acho que é mais caso de bom senso, do que técnico. Penso que a parte técnica já esteja suprida e que, seja questão de bom senso. Espero ter boas novidades, na próxima sessão. Aproveitando o gancho do discurso dos Vereadores Osvaldo e Cinoê, digo que, realmente, é um ano muito importante, um ano de eleições. Todos os nomes, que estão surgindo, são bons. Fico contente, em ver que todos estão alinhados, num único pensamento, o pensamento de mudança, pensamento de honestidade, clareza e transparência. Acima de tudo, quem quer que venha disputar e pedir apoio, mais importante serão o caráter e a honestidade do candidato, do que a experiência política dele. Espero, que todos entendam isto. É um momento crucial. A pesquisa de opinião pública mais recente, feita no Brasil, revela, que o combate à corrupção está em primeiro lugar. Pela primeira vez, ultrapassou os anseios por saúde e segurança, que eram os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

grandes problemas do Brasil. O desejo por honestidade está em primeiro lugar. Ter um candidato bom caráter e no qual possamos confiar, já é um grande começo. Pelo que vejo dos nomes que surgem, estou muito contente e espero que nossa cidade esteja em boas mãos. Espero que o período eleitoral, deste ano, não seja tão pesado quanto foi o último. É o que espero”, afirmou. Ato contínuo fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto. “Meus sentimentos à família do Zecão e do Dimas, meus respeitos. Quero iniciar, justificando o motivo de nós, considerados vereadores da base, rejeitarmos o requerimento do Vereador Luís Roberto Tavares. Nós estivemos empenhados, junto ao Secretário de Obras, Wilson Rogério, durante o período do recesso. No dia 19 de janeiro último, estivemos no gabinete do prefeito, o Vereador Laércio Pires e eu, representando os outros vereadores, que não puderam estar conosco, nessa jornada. Nós estamos empenhados, cobrando o prefeito e o secretário de obras, para que terminem as obras iniciadas, no Parque das Laranjeiras. Pedimos também, que sejam acrescentadas obras nas ruas 6 e 5. Inclusive, o Vereador Laércio Pires, durante o recesso, fez uma reunião, com um grupo de pessoas, moradores da Rua 30, no Parque das Laranjeiras. Enfim, conquistamos, além as ruas onde as obras já foram iniciadas, obras também às ruas 5, 6, 30 e 15. Uma atenção mínima, pelo menos. O gabinete do prefeito estava lotado, com representantes do Parque das Laranjeiras. O secretário já nos garantiu. Só não começa as obras amanhã, porque a massa asfáltica chega na quarta-feira. As máquinas já estão no pátio. O Vereador Laércio Pires e eu, que representamos outros vereadores, ao lado de moradores, presenciamos o comprometimento do secretário. Todos foram testemunhas. Esta é a razão pela qual rejeitamos o requerimento, porque é desnecessária a vinda do secretário, nesta Casa, haja vista que corremos atrás da situação e cremos que, agora, realmente, pelo menos, se conseguirmos tal realização, que ela está sacramentada, garantida para todos nós, que será executada mesmo, será um grande passo, para o Parque das Laranjeiras. Por outro lado, estamos correndo atrás



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da regularização. Assim, estamos trabalhando em prol da nossa cidade. Fiz também uma indicação, pedindo que as ruas, que não vão ser asfaltadas, neste início, que o município faça o cascalhamento, rolão, para amenizar a situação, até concluir todo o asfalto, no Parque das Laranjeiras”, narrou. Também, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero reforçar a fala do Vereador Benedito. Fizemos três reuniões, com o pessoal do Parque das Laranjeiras. Alguns vereadores participaram de algumas reuniões, tais como, Dr. Ary, Daniel, Manoel Palomino, Marcos e Leonardo. Fizemos reuniões, com várias pessoas do Parque das Laranjeiras, moradores da Rua 30 e de outras ruas, que estão cascalhadas, faltando fazer o pavimento. O pessoal joga tudo para ‘a base’, então, assumimos a responsabilidade, fomos para cima do prefeito e conseguimos o asfalto, para o Parque das Laranjeiras. Faremos outras reuniões, entre os vereadores da base e os moradores, estamos trabalhando, para fazer o melhor aos moradores do Parque das Laranjeiras. Aliás, não só para o pessoal do Parque das Laranjeiras, mas para o pessoal do loteamento Domênico Bianchi também, com o qual já tive reunião e farei outra. Luta antiga. Eu não quero tirar o mérito de vereador algum, que vive lutando pelo Parque das Laranjeiras. Nós queremos resultados. O pessoal do Parque das Laranjeiras quer atitudes, quer ver a coisa caminhar. Não é ir ao Parque das Laranjeiras, ver um buraco, ou ver o lixo, vai lá, tira uma foto e vem à tribuna e bate no prefeito. Qualquer prefeito não gosta desta atitude, certamente. Acredito que o prefeito não esteja indo por este lado, mas atrapalha até aos próprios moradores do bairro. Não vão conseguir nada batendo, brigando, xingando e mostrando inverdades. O secretário já anunciou aos moradores, explicou até, que tudo foi por causa de uma falta de verbas, prometida pelo Governo Federal, de sessenta milhões, e o prefeito se precipitou. Colocou a placa de publicidade, anunciando os sessenta milhões, que foram por água abaixo. O prefeito quebrou a cara, pois fez propaganda antecipada. Enquanto isso, o Parque das Laranjeiras continua abandonado. É lógico, que não se trata apenas de Mogi Mirim.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Épocas de chuvas, o pau quebra. Recapeamento e tapa buracos, pois a cidade está, realmente, um queijo suíço. Com a chegada da massa asfáltica, o prefeito fará um trabalho de recapeamento, em toda a cidade, pois está incomodando toda a população. Inclusive, estou chateado com a pessoa que está coordenando a operação ‘tapa buracos’. Estou observando uma jogada política, meio irresponsável, nisso aí. Várias pessoas me procuraram. Buracos enormes. Quem está no comando da operação, passou ao lado do buraco e não tapou o buraco. Passou, e não tampou buraco algum. Então, amanhã, eu estarei com o secretário e quero uma reunião, com o responsável pelo ‘tapa buracos’, na cidade. Tem que recapear geral. Vejo uma coisa política, meio suja, nisso aí. Vamos apurar isso aí. Quero dizer ainda, que estou fazendo uma retrospectiva do meu trabalho, como líder comunitário, no Parque da Imprensa, e como vereador. Quem não conhece o meu trabalho vai conferir. Nós fomos abandonados pela administração retrasada. Hoje, temos que agradecer a todos os moradores do Parque da Imprensa, pois, naquela época, unimo-nos e conseguimos asfaltar dezesseis ruas do bairro, sem qualquer ajuda de prefeito, muito pelo contrário, com vereador aqui, que trabalhou contra nós”, comunicou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Satisfação retornar aos trabalhos. Estava com saudades. É importante, que possamos defender os interesses de nossa cidade. Primeiramente, meus cumprimentos à família de Zecão e Dimas, grandes amigos, principalmente, pelo trabalho assistencial, que a família deixou escrito, na nossa cidade. Efetuamos o requerimento nº 07/2016, reiterando vários requerimentos de 2015. Requerimentos importantes, principalmente, vistoria da Vigilância Sanitária nas escolas, o trabalho desenvolvido pela ABTEM, também sobre valores repassados às entidades, perguntas, para as quais não recebemos respostas, ou informações. Estamos efetuando a cobrança. Recebemos inúmeras cobranças dos munícipes e, com razão, quer sejam buracos, quer seja a iluminação, em toda a cidade e na zona rural. Impressionante ver a quantidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de buracos. A prestação de serviços, prestado pelos departamentos competentes, além de lenta, é precária, ‘meia boca’ e não resolve. Com as chuvas, o problema volta, rapidamente. Inclusive, andei orientando os departamentos, pois há buracos que estão provocando insegurança ao trânsito. Tomem cuidados com estes lugares, avisei. É de suma importância o conserto, o reparo nesses lugares. Assim como, evidentemente, a iluminação pública, também péssima. Situação de calamidade pública na cidade. No dia 27 de janeiro, efetuamos reunião com o Secretário de Obras, Wilson Rogério, ao lado do Presidente da Câmara, João Carteiro, da Vereadora Maria Helena, juntamente, com os transportadores de entulhos. Há reclamação de que, junto aos entulhos, há muito lixo. Infelizmente, este é um problema de educação do povo. Onde se deposita o entulho, em Paulo Terraplanagem, não há como repassar o lixo. A Construrban não queria receber e acabou gerando certa turbulência. Esta reunião acabou sendo proveitosa e a questão acabou resolvida a contento. A Construrban vai efetuar a retirada do lixo lá, no Paulo Terraplanagem. Outra reunião que participamos foi a audiência pública, do dia 28, da ARES PCJ. A SESAMM – Serviços Saneamento de Mogi Mirim está efetuando uma cobrança de quase sete milhões de reais, a respeito de obra efetuada, em 2008. Independentemente, da SESAMM ter razão, ou não, evidentemente, é contratual, ela terá sua razão, mas esta demora, o engavetamento da cobrança, por oito anos, é que me chama a atenção. No meu modesto entender, é evidente, fica claro o conluio político. Ficou engavetado, passou uma eleição, veio a segunda e, no último ano, vem a cobrança. Como fica o município? Se já está difícil administrar, com os poucos recursos que temos, quanto mais agora! Cabe sim, um questionamento para a SESAMM. Cabe-nos reclamar. Temos que questionar, se procede e o porquê do engavetamento da cobrança, por tanto tempo. Outra surpresa, referente ao assunto do saneamento, foi a ação judicial do prefeito. Tanta lambança, mais esta ele quer fazer. Ao invés de ele ouvir esta Casa, que é ouvir a população, em plebiscito,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre a parceria-público privada do SAAE e a preocupação em preservar o SAAE, para o município, ele visa única e, exclusivamente, o interesse da meia dúzia, que sempre esteve junto dele, desde o início de seu mandato. Não dá para aceitar. Ainda bem, que o juiz determinou que podemos continuar com nossas audiências. Vamos brigar até o fim, para que o prefeito não saia vencedor, neste assunto, e defender os interesses do povo e da cidade”, destacou. Ato contínuo, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Jorge Setoguchi. “A zona rural está completamente abandonada pelo prefeito. As estradas rurais estão esburacadas e, em alguns pontos, com poças de água, que as deixam intransitáveis. Citar o bairro Nova Zelândia, Estrada do Travessão. Lá tem uma represa. A estrada passa em cima do barramento, que está assolapado. A qualquer momento, um veículo pode cair na água. Problema sério. Também, problema nas Chácaras São Francisco e na Usina Esmeralda. Como o produtor vai fazer para escoar sua produção? E para receber insumos, para plantar? Precisamos de alimentos! Outro problema é a insegurança, na zona rural. Roubo de tratores e residências. Ninguém, na zona rural, pode mais fazer uma festinha de confraternização, porque os ladrões chegam e roubam a todos, nos sítios. Muito complicada a situação, na zona rural. Também, fiz uma indicação para o Cemitério Municipal, porque as sepulturas estão tomadas pelo mato. Nem o cemitério escapou do descaso. Tudo muito complicado”, aclarou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Tenho muitos assuntos para falar. Durante o recesso, aproveitei para fazer visitas. Vou pincelar os assuntos mais importantes. A questão do SAMU. Durante o recesso, recebi denúncias sobre demora no atendimento. Apurei, que o SAMU está trabalhando com uma única ambulância, para cobrir a cidade toda. A outra ambulância, para casos não urgentes, está em manutenção. Fui até a oficina da prefeitura, para ver o que estava acontecendo. A ambulância passou por funilaria e tudo mais e aguarda uma peça. Fui até o Secretário de Saúde, Jonas Araújo Filho, e pedi providências urgentes, pois saúde é prioridade. Não ter



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dinheiro, para fazer uma manutenção, é o fim. O secretário Jonas prometeu providências urgentes e disse que, até a próxima semana, tudo estaria resolvido. Assim espero, para que não tenhamos que tomar outras medidas, tais como, recorrer ao Ministério Público. O Vereador Jorge Setoguchi levantou uma questão importante, que é a situação das estradas rurais. Visitei as estradas rurais e fiquei estarecida, com a situação das estradas rurais do município. Buracos e tudo mais. Percebi que lá, na oficina da prefeitura, estão encostadas várias máquinas Patrols. Como o prefeito fala que vai arrumar as estradas rurais, como ele fala que vai asfaltar o Parque das Laranjeiras, se nem dinheiro, para manutenção básica dos veículos há? Acho que vai demorar muito mais tempo, do que ouvi dizer por aí. Agora, outro assunto, que estou levantando, desde o início do meu mandato. Trata-se do direito da mulher. Culminou hoje, com uma representação que protocolei, junto ao Ministério Público. Todos devemos lembrar que, diante das várias violências praticadas contra a mulher, neste município, todos os dias, não temos uma Secretaria dos Direitos da Mulher, nem programas específicos, voltados à mulher, e que, portanto, decidi abraçar a causa e descobri, então, que existia, no Município, o Conselho da Condição Feminina, fundado em 1992, gestão do prefeito Romeu Bordignon. O conselho não funciona. Não existe regimento, nem membros nomeados. Obtive tal resposta da prefeitura, depois de tempo. Fiz vários requerimentos e obtive a informação. Ocorre que, desde então, sabendo que o prefeito está descumprindo uma lei municipal, venho levantando informações e tenho ajuntado documentos, para levar o caso ao Ministério Público. Semana passada, mais um atestado de incompetência do prefeito. Já vi prefeito sendo incompetente, mas atestar sua própria incompetência, este, é o primeiro: Luís Gustavo Antunes Stupp. Num dos vetos que ele mandou, para esta Casa, ele veta emendas de minha autoria. Vejam o que justifica, em sua resposta, a qual anexei à minha representação, que protocolei hoje, no Ministério Público. Ele atesta o erro, na resposta, diz que tal conselho foi criado, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

1992, e que, está inativo, sem atuação, não há registro de atas etc., e diz que isso torna a minha emenda desnecessária. Ora! Ele próprio assina, atesta, que está descumprindo uma lei. E todas as semanas, vemos, nos jornais, mulheres que foram mortas, estupradas, violentadas e o que o município de Mogi Mirim faz? Nada. Por incompetência de um prefeito, que não deveria estar na cadeira, que ocupa. Enviei denúncia ao MP, para que ele cumpra a lei. Se ele não cumpre, não tem direito a exercer o seu mandato. Espero, que providencias sejam tomadas”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Tenho vários assuntos. O mais polêmico ficará para o final. É de interesse dos vereadores desta Casa. Início, com assuntos de interesse da população. Vi os requerimentos do Vereador Jorge e o pronunciamento da Vereadora Dayane, sobre estradas rurais. O município tinha quatro máquinas Patrols. A mais velha foi leiloadada, recentemente. Duas outras estão com motores fundidos. Só há uma máquina, para manutenção. Já fiz vários requerimentos, pedindo patrulhamento, nas Chácaras Sol Nascente, São Francisco e Usina Esmeralda. Zona próxima à Martim Francisco. A resposta, que obtive da secretaria, foi a de que as chuvas estavam atrapalhando. Eles não têm aquelas pedrinhas, para soltar nas estradas. Relativo às chuvas, eu trabalho com terraplenagem. As chuvas atrapalham, realmente. Mas, tivemos um intervalo, de quatro, ou cinco dias, que permitiram uma secada, no solo. É possível algum tipo de serviço. Veem-se crateras, que se criaram, nas estradas, e que impedem a ida e vinda de veículos e caminhões. Quero até aproveitar e fazer uma nota de agradecimento ao gerente da subprefeitura de Martim Francisco, Cristiano Lopes, que iniciou a operação ‘tapa buracos’, com entulho. O entulho foi coletado pela região. Só que eu queria falar uma coisinha melhor ainda, para todos entenderem. O Vereador Jorge esteve na vicinal Sétimo Biazotto? O senhor esteve, Vereador Luiz Guarnieri? Vereadora Dayane Amaro visitou a estrada rural Sétimo Biazotto? É a melhor estrada rural de Mogi Mirim. Seixos e cascalhada. Linda a estrada. Tenho fotos e posso mostrar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

todos. Por que será? Será que o sobrenome Biazotto é forte? Lá, temos o Ivair Biazotto e o secretário, Valdir Biazotto. Um de seus funcionários, chamado Alexandre, mencionou que ele mora em Mogi Guaçu, no asfalto. Então, para ele, tanto faz, como tanto fez a condição das estradas vicinais. Ele fica sentado no gabinete e, poucas vezes, ele sai pelas estradas, para verificar. Nós, vereadores, somos cobrados. Este gerente, que está na subprefeitura de Martim Francisco, Cristiano Lopes, ele é pastor evangélico. Eu já vi, por várias vezes, ele pegar o caminhão e o dirigir, ele mesmo, pois é motorista. Ele sai, com o caminhão, vai com o pessoal, fazer reparações. Várias vezes, eu o vi correr atrás de peças, para arrumar o caminhão. Eu, na minha simples humildade, comentei com o secretário Valdir Biazotto e falei, que só tínhamos uma Patrol, que era difícil atender todo mundo, com uma só máquina. Sugeri: por que não faz dois turnos? Das 6 horas às 14 horas e das 14 horas às 22 horas. Operadores temos três, ou quatro. Quem sabe assim, conseguiríamos atender, pelo menos, parte das situações críticas. Mas a estrada Sétimo Biazotto está boa demais. Boa demais, aquela estrada. Então, eu já encaminhei ofício, diretamente, para o prefeito, para que ele tome providências, porque a secretaria não está resolvendo. Outro assunto. Fiquei contente, Vereadora Maria Helena, em ver seu nome, como pré-candidata. E fiquei contente com a fala do Vereador Osvaldo Quaglio, que falou sobre a democracia. Um passarinho me contou, que o Vereador Luiz Guarnieri foi expulso do partido e, numa ação, junto ao Diretório Estadual, reverteu a situação e recebeu uma pena de sessenta dias de afastamento do PT. Quero deixar claro o seguinte: Ernani é pessoa de mau caráter. Sobre Oderdan Quaglio, nada vou falar, porque é ‘pau mandado’. Se você não obedece ao que Ernani fala, você está contra ele, portanto, mais uma vez, parabéns pela democracia, no PSDB, e o respeito entre os seus. O PT, em Mogi Mirim, vamos ser francos, já acabou. Lava Jato. Todos na cadeia, lugar que eles merecem. Só lamento que Ernani não esteja junto deles”, aclarou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nogueira. “Neste início de ano, a cidade teve que conviver com muitas coisas inacreditáveis. A primeira delas, é ver a festa, que foi feita, pela cidade ter sido colocada, em quinquagésimo lugar, no país. Isto não foi relativo ao Governo Stupp, mas resultado da época da administração Carlos Nelson. Resultado, que vinha da época da administração anterior, oriundo do aumento de emprego, das indústrias grandes, que vieram e que, estavam se ampliando. Aumentando emprego, aumentando o dinheiro que entrava na cidade e, com isso, aumentando as obras. Este dinheiro ainda é alto e observamos isto, pelo balancete, que é apresentado, e vemos a cidade se afundando, cada vez mais, em dívidas. Na saúde, do final de ano para cá, foram menos consultas médicas; nos laboratórios, só exames emergenciais; falta de recursos, em toda a prefeitura, para que os funcionários pudessem trabalhar de maneira digna e com respeito à população. Iluminação? Não vemos diminuir os lugares escuros, pelo contrário, percebemos, que só aumentam. Desde a entrada da cidade, até as praças, tudo às escuras, o que leva à insegurança. As pessoas não saem à noite, estão com medo. Para onde está indo o dinheiro, que é retirado de cada casa e de cada família, para pagar esta iluminação? Vamos ver o que vão responder do exigido pela Justiça. Também há a questão dos recursos. A Vereadora Dayane e eu estivemos no almoxarifado central da prefeitura, que está vazio. Não sei como vão iniciar aulas, ou como está o andar, na prefeitura. Sei, que foi feita uma compra de emergência, pela administração. Vou visitar todas as escolas e creches, para ver como estão, após a compra de emergência. Estive em unidades de saúde, onde até o papel higiênico da população e dos funcionários está sendo controlado, porque não se tem. Pedem-se dez rolos, recebem-se dois. Vamos ver, como é que a população vai receber esta questão, de mais uma conta do Carlos Nelson, que vai chegar a esta Casa, além os cinco milhões do SAAE, relativos ao esgoto, agora, já chegando aos sete milhões de reais. Relativo ao plebiscito do SAAE, falarei depois”, destacou. O próximo orador foi o Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares. “Quero falar com os moradores do Parque das Laranjeiras, os quais eu muito respeito e acredito ter grandes amigos no bairro. No Natal de 2014, caiu uma árvore na Estrada Velha de Itapira e estourou o esgoto na Rua 16, do Parque das Laranjeiras, no mesmo dia. Estive lá, chamei o SAAE e a Defesa Civil e tudo isso, está registrado no FB. Daí o morador me pergunta: vão asfaltar as ruas? Falei, sinceramente. Não sou mentiroso. Falei, que este ano era ano eleitoral e que, certamente, haveria uma reunião, com o grupo, que apoia o prefeito, os candidatos e que, então, iriam resolver. Ano passado, uma chuva, inundou uma casa, na Rua 42. Fui chamado, estive lá, chamei também a Defesa Civil. Conseguimos um lugar, lá mesmo, no bairro, para abrigar a moradora, Márcia, que ficou desabrigada. A população me fez, novamente, a pergunta: vão resolver aqui? Outra vez, dei a mesma resposta: este é ano eleitoral, então, vão resolver. Eu faço, faço indicação, faço requerimento, fiz duas audiências públicas. Nada aconteceu. Natal de 2015, uma cratera se formou, na Rua 32, do Parque das Laranjeiras. Estive, no local, às duas horas da manhã, um morador da rua 41 e eu. Nós isolamos a área. No dia seguinte, eu estava lá, para ver por que se formara aquela cratera. Hoje, fiz uma indicação, para desentupir a ponte, na Rua 32. O morador fez a mesma pergunta: vão resolver o bairro? Mais uma vez, respondi a mesma coisa: ano de eleição, então, vai ter reunião. Entupimento das galerias, nas Ruas 17 e 18. As duas ruas, que estão lá, dinheiro jogado fora, com guias e sarjetas. O entupimento abriu uma cratera, na Rua 16. No mesmo dia também, no Jardim Planalto, os moradores fizeram uma reunião de última hora. Eu cheguei, para coletar imagens, fazer um vídeo. Cerca de vinte moradores. Eles me perguntaram a mesma coisa. Respondi que, quando eles tiverem asfalto, quando eles estiverem em ano eleitoral, vão resolver. Infelizmente, não tinham ninguém para pedir socorro, mas eu estava lá. Trago, para a Câmara Municipal, toda a documentação, votada por todos vocês. Eu jogo transparente. Eu não faço politicagem. Eu jogo o jogo, através



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de indicações e requerimentos. Pedindo melhorias para o morador do Parque das Laranjeiras. Falo do Laranjeiras, mas há outros lugares, tais como, o Domênico Bianchi. Hoje, fiz um pedido para o Domênico Bianchi. Daí, peço a presença de Wilson Rogério aqui. O Presidente deu o voto, que engavetou a propositura. Pergunto: por que Wilson Rogério faz reunião, com a base, mas não pode vir aqui, dar explicações, não só para mim, mas para o morador, para a imprensa e pessoas? Todas as reuniões que fazem, o morador passa para mim, o controle da reunião. O requerimento, que apresento, é a dúvida do morador! As verbas podem ser oriundas daquele projeto que aprovamos, no ano passado, sobre o fundo judiciário. Ora! Todos aprovaram. Eu gostaria de perguntar para ele, para o secretário Wilson Rogério, qual o valor, o montante de dinheiro público perdido, das guias e sarjetas, e quanto vai custar, para retirar toda a terra, que foi para as galerias, no Parque das Laranjeiras? Estamos com muitos problemas no bairro. Na Rua Jorge Duarte Filho, o morador não consegue entrar na rua. O morador foi tapar o buraco, com carrinhola! Está no Facebook! Eu tenho tentado ser o mais honesto e não faço politicagem. Posso, mas não faço”, discursou. Também fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Na semana anterior, o Vereador Luiz e eu participamos de uma audiência pública, na Estação Educação, comandada pela Agência Reguladora - ARES PCJ. Estávamos presentes, juntamente com a SESAMM, na pessoa do Dr. Carlos. Também alguns munícipes, o Conselheiro André, a imprensa e os assessores parlamentares. Proponho, que façamos algo sobre esta cobrança tardia, de quase sete milhões, de um serviço, que foi prestado, no trecho da Avenida Adib Chaib, cerca de mil metros. O edital de licitação continha a possibilidade de uma pré-soldagem. O licitante poderia fazer a sua pré-sondagem. Entendo, ao ter se negado a fazer a pré-sondagem, que o licitante aceitou correr o risco. Portanto, eu fui buscar as atas das reuniões do Conselho de Regulação e Controle Social, de 2012 e 2013. Li as atas. Nunca se falou que o modelo, o método foi alterado, que seria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cobrado, posteriormente. Senhores, fiz um convite ao Sr. Carlos, diretor da SESAMM, para vir aqui. Ele me disse, com educação: ‘estarei aí, se o poder concedente também estiver, a prefeitura, pois somos parceiros’. A agência reguladora, neste momento, não irá analisar mais nada, além de um pedido de cobrança. Eu proponho convidar a SESAMM e sua equipe técnica, o prefeito, porque ele já disse à agência reguladora, que concorda com a cobrança. Mas alguém cobrou e foi aceita, lá atrás, a cobrança. Quando, repito, a pré-sondagem poderia ter sido feita, pela licitante, que não a fez. Hoje, estamos votando a redução do atendimento da Tarifa Social a uma parcela enorme da população. Justificativa é a redução de custos. Mas o prefeito acata pagar sete milhões de reais, por uma cobrança, que podemos contestar. E pedimos que detalhassem a planilha, porque temos como contestar, mas eles não vão detalhar a planilha. Portanto, acho o momento oportuno. Momento, que esta Casa deve acompanhar, porque um pagamento desses não virá para um pedido de autorização legislativa. É um contrato. Paga-se. Pensem neste assunto”, explanou. Findo o uso da palavra, no “Expediente”, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, dos **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO n°s 01 (um) e 02 (dois), de 2016, de Sessões Extraordinárias**, para o dia 03 de fevereiro de 2016, quarta-feira, sequenciais, com início, a primeira, às 18h30, e a segunda, para logo após o término da primeira, destinadas, respectivamente, na “Ordem do Dia”, à discussão e votação, **EM PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172, do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei n° 15, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dando outras providências”. Parecer das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento, ficando, pois, todos os vereadores **NOTIFICADOS E CONVOCADOS**. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h29,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº 149, de 2015**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração do anexo I, da Lei Municipal nº 5.355, de 2013, que criou a Tarifa Social, para o serviço de transporte coletivo de passageiros, em linhas municipais”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. (rejeitado o parecer desfavorável, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, para opinar, “ex-vi” do contido no § 4º, do artigo 55, do Regimento Interno). Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Nós recebemos, nesta semana, o projeto de lei, que altera o anexo I, da Lei 5.355, de 4/04/13, que criou a Tarifa Social. Lembro-me bem, que, na primeira reunião do então prefeito eleito, estávamos quase todos os vereadores presentes. Lembro-me da presença de Bia Marangoni. E a discussão foi a implantação da Tarifa Social. O cidadão de Mogi Mirim pagaria um real, pelo transporte público. Um programa de governo do prefeito Gustavo Stupp e de seu vice, Gerson Rossi Junior. Eu imaginei, certamente, que o município subsidiaria o restante da passagem. Imaginei que o prefeito iria negociar com a então Viação Santa Cruz. Uma Passagem que custa três reais. Imaginei, que o município colocaria um real e que, a Viação iria subsidiar o restante. Imaginei, que ficaria caro, para o município, mas que ele iria negociar. Não houve negociação alguma. Hoje, o município coloca R\$ 2,50 a cada real, que o município coloca. Dá forma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como está, a administração diz que o programa só está favorecendo à classe média. A classe média, para a administração, é aquela que está conseguindo sobreviver! É esta a classe média. Um cidadão tem, na sua família, quatro pessoas. Atualmente, a lei visa a renda per capita. Máximo, de um salário e meio. A alteração, na lei, que o prefeito nos propõe, é uma avaliação por renda familiar, cadastro único. Vieram duas assistentes sociais, da Promoção Social, Ana Teresa e Daniela, para falar conosco, enquanto Comissão de Finanças e Orçamento. São brilhantes funcionárias e concursadas. Entendem elas, que a Tarifa Social tem que ser embutida no cadastro único federal. Acontece, que nós vamos beneficiar uma parcela e penalizar outra, cobrir um santo e descobrir outro. A verdade é esta. O cidadão, que tem quatro pessoas na família; três desempregados, apenas um empregado e este ganhar abaixo de um salário mínimo, certamente, o cidadão será contemplado com a Tarifa Social. Mas aquela família, que também é pobre; que, com dificuldade, consegue manter seus membros empregados, que ganha pouco, individualmente, mas ultrapassa o limite da renda familiar, esta família ficará fora do programa. Já teremos acima de um salário mínimo e meio. Vereadores. Venho falar desta Tarifa Social, que foi prometida para todos e nunca foi implantada, efetivamente. Nós fomos muito tolerantes, nesta Casa, porque poucos vieram criticar. Mas, quando pagamos sete milhões, por uma cobrança tardia, de um outro prefeito, e o gestor quer retirar trinta, ou quarenta mil reais de um programa que está a beneficiar estes e aqueles, ora! Eu quero que continuemos beneficiando os que estão nesta faixa e que, beneficiemos também, o limite do cadastro único. O Governo Federal está revendo todos os programas sociais do país. Revendo, porque eles devem ter limite, não dá para pagar o assistencialismo a todos, por uma vida inteira. Pode suspender os menos viáveis. É o cadastro único, instrumento que nos dá todas as informações de cada família. Portanto, o governo também vai começar a reduzir o cadastro único. Se reduzirmos, como vamos fazer? Acho triste. Os que recebem a Tarifa Social são



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

peessoas pobres. Por que os pais estão empregados, não terão mais direito? Não são classe média. A comissão decidiu remeter a plenário a decisão, com um parecer desfavorável. Eu acho, que existe um plano de governo e foi dito, que a Tarifa Social seria concedida a muita gente. São cinco mil, duzentas e sessenta e seis famílias no cadastro único. Atingiremos um grande número de famílias. Mas, e as outras? Como decidir? Deixar de atender outras, que também precisam da tarifa social?”, explanou. Também comentou a matéria a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Eu trabalho na área da assistência social e sou favorável ao parecer. As pessoas, que têm condições econômicas, para manter as famílias, não precisam pedir, não enfrentam filas, não andam de ônibus. Os que procuram o benefício são pessoas que, realmente, necessitam. Aqui, se contempla o que é determinado, em nível federal, que é o teto de um salário mínimo. Sabemos, que água, aluguel, energia, tudo subiu. A média de aluguel, na periferia, é de quatrocentos reais/mês. Se colocarmos, no papel, os gastos, e dividir, eles são muito mais. O que a administração vem gastando, sem planejamento, é absurdo. Vemos o planejamento, mostrado todo o final de ano. O que tem entrado é alto, em comparação às administrações passadas. No final do ano, o programa Tarifa Social, os formulários não apareceram nos equipamentos. Então, praticamente, o programa vem sendo cortado. Só há casos novos, mediante a revisão de casos antigos. Portanto, a economia já vem sendo feita, erradamente, porque foi prometido à população. Agora, não oferece. Sou favorável ao parecer desfavorável”, declarou. A próxima a discutir a matéria foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho discutir, enquanto presidente da CESAS. Analisamos o projeto e decidimos, pelo parecer desfavorável. Verificamos, na mensagem, a justificativa da crise, no país, e a desaceleração econômica. Mas sabemos que Mogi Mirim tem boa arrecadação. Sabemos ainda, que existem grandes erros, nesta administração. É realidade. Se é para fazer cortes, porque não faz cortes nos alugueis e ou outras despesas? Os sete milhões de reais, por exemplo, que irão para a SESAMM.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Tirar do social? De quem precisa? Assiste uma parcela da população, enquanto outra permanece desassistida. Não entendo, que critérios são esses. A CESAS decidiu pelo parecer desfavorável, a fim de proteger o serviço social, no município. Também, porque o prefeito manifesta que não tem critérios definidos, para a implantação do programa. Agora, vou falar como vereadora Dayane e não como presidente da CESAS. Quem prometeu este programa não fui eu, foi o prefeito. Promessa de campanha. Ônibus a um real, para todos. Foi ele quem prometeu. E não colocou parênteses, de que seria para determinada parcela da população e não para outra. Disse que seria para todos. Aliás, este foi um dos motivos, que me fez deixar o partido do prefeito. Desvio de conduta partidária, porque não cumpre o que promete. Prometeu, tem que cumprir. Mas ele não cumpre nada. Se ele não conhecia a realidade econômica do município, que não fizesse promessas! Agora, já muda de critério. Falar, que mais pessoas serão beneficiadas, é piada. Peço votação nominal para a matéria”, discursou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “A Vereadora Maria Helena discursou e eu estava atento. Ela citou, que o Governo Federal está cortando custos. Ora! Se o Governo Federal, que é dono do dinheiro, está cortando custos, nós devemos ser coerentes e também cortarmos custos. Doravante, nenhum candidato a prefeito terá condições de prometer nada! É o mesmo, que gastar, antes de saber o quanto vai ganhar. É o que está acontecendo, dentro dos municípios. Quando Gustavo Stupp lançou a Tarifa Social e outros projetos de campanha, jamais concluídos, seja quem for o futuro prefeito, será impossível. Munícipes conversaram comigo, falando de outros mandatos. Mandatos, quando todos andavam a pé, não existiam estradas, não se tinha o Ministério Público, não existiam gastos. Hoje não. O município é obrigado a arcar, com todos os custos. Na saúde, doenças surgem, cada vez mais. Não é fácil. O recuo do Governo Municipal, eu faria diferente. Já que muitos estão brigando, dizendo que se deva manter o programa, eu não daria mais. Eu quero ver o próximo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

governo manter o programa, seja ele o PSDB, ou o PT, ou quem quer que seja. Pelo contrário, vão cortá-lo já, no primeiro mês, porque o município não terá condições de arcar com este custo. Infelizmente, é esta a realidade. Parecer desfavorável? Ora! Temos que ser coerentes. O décimo-terceiro salário do funcionalismo foi pago, em dia, por causa dos cortes, que foram feitos. Vocês sabem como está a situação, hoje, entre prefeitura e o transporte coletivo? A prefeitura não está conseguindo pagar e é este o motivo do corte. Se o município continuar, a empresa vai tirar o pé. Está sendo cortado, para que se mantenha o mínimo possível. É assim, que entendo e busco explicações. Dizer que o prefeito fala com oito vereadores e não fala contigo. Se cada um de nós formos buscar a informação na secretaria, ou no gabinete, ficaremos informados do que está acontecendo. Basta desejar ver e não votar no tapa, votar por votar, oposição por fazer oposição. É necessária uma oposição coerente, inteligente e que não se contradiga”, defendeu. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. “Voto contra o parecer, porque quero ver o projeto tramitar, pelas demais comissões”. Também discursou o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Entendo que estamos discutindo o parecer, mas vi que alguns já abriram o voto. Quando falamos sobre custos e sobre atender à população, quero citar dois pontos. Conversei com Beatriz Gualda e a assistente social. São dois pontos distintos. E eu também vou votar contra o parecer, porque quero mais discussões. O primeiro ponto, é que o município está padronizando seu cadastro ao Cadastro Federal Único e, a partir de então, será analisada a renda familiar, ao invés da renda do indivíduo. Penso, que seja um ponto positivo, indiscutivelmente. O segundo ponto, é o corte do benefício nos domingos e feriados. Está aí, a grande discussão. Nós, somos o povo. É o que o povo quer? Num ponto, eu concordo; noutra, não tenho opinião formada e, por isso, quero ampliar as discussões. A mudança vai mexer com muitas pessoas. É o meu ponto de vista”, discursou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Quero ver o próximo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

governo dar continuidade a este programa. E qual foi o ‘gestor’ – ele não é gestor para mim – mas, qual foi o gestor que criou expectativas? Foi Gustavo Stupp. Quem prometeu? Foi ele. Ele que não criasse expectativas e não promettesse. Meu lema é: não crie expectativas na população! A população está na tolerância zero. No meu ponto de vista, temos que parar por aqui e rejeitar o avanço do projeto. Daremos mais aval ao ‘projeto de prefeito’, se não fizermos isso. A cada projeto dele, temos que ler todas as linhas, pontos e vírgulas. Sempre há uma pegadinha. Respeito a sua opinião, vereador, mas o prefeito não tem mais crédito algum perante à população. Se nós somos representantes do povo, temos que acatar este parecer. Se não me engano, o vereador que defende e desafia o próximo governo a dar continuidade a este programa... foi lido aqui, um projeto relativo às gestantes. E aí? É de graça? Tarifa a um real foi o carro chefe do programa eleitoral de Stupp. Ele, junto à população, não está valendo um real”, explanou. Ato contínuo, ocupou a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Eu li a justificativa anexa ao projeto. Demos o parecer, Dayane Amaro e eu. Na justificativa, está escrito sobre a situação do país. O objetivo do prefeito, neste projeto, é economizar. Economizar onde? Mexendo na renda per capita da pessoa, que vai requerer o benefício do ônibus a um real. Hoje, quem realmente necessita da Tarifa Social é o trabalhador, aquele que levanta às 6 horas, pega o ônibus, vai para seu trabalho; volta às 18 horas. Se não me engano, são quarenta passes, por mês. Se são quarenta passes, por mês, significa, que o cidadão usa dez passes, por semana, de segunda a sexta-feira. O projeto de lei complica para o trabalhador! O desempregado, hoje, manda seu currículo por e-mail. O projeto é contraditório. Voltando ao dia 12 de dezembro de 2013, quando votamos a renda per capita ao subsídio aos estudantes, que de três salários e meio, caiu para dois. Eu fiz emenda ao projeto, porque sabia que o projeto iria passar. Mesmo assim, votei a favor de minha emenda, mas contra o projeto. É a mesma situação. Vai piorar a situação do possível beneficiado. Estou com o parecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desfavorável, que Dayane Amaro e eu emitimos”, ponderou. Na sequência, discursou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Estava na cara, que este projeto daria buchicho. Simples a análise. Este projeto nada mais é, do que concretar o engodo, a conversa fiada de campanha. Mais nada. Na época da eleição, até passeio grátis, pra Conchal, o prefeito prometeu para ganhar a eleição. Tarifa a um real! Na prática, poucas pessoas conseguiram. Famoso engodo político. Se aprovarmos este projeto, o prefeito vai diminuir os beneficiários, para menos que a metade. Se votarmos, favoravelmente, ao parecer desfavorável, a situação vai continuar como está, pelo menos. Estou errado, vereador? As pessoas continuarão com o benefício. Se votarmos contrário, o projeto irá para outra comissão, mas, dependendo, mesmo que, de novo, o parecer seja desfavorável, se votarmos contra o parecer de hoje, automaticamente, estaremos arquivando a peça. Portanto, é fácil de analisar, perguntando: vocês querem diminuir o benefício, que já é quase irrisório? Votem contra o parecer. Vocês querem continuar a dar a chance aos que já recebem, de continuar recebendo o benefício? Votem com o parecer. Sobre os futuros governantes, se vão conseguir manter o benefício, ou não, problema de campanha deles. Prometeu, é que nem roubar e não conseguir carregar. Resumindo, como diz nosso amigo: é brincadeira? Pensem e votem, como quiserem. Eu vou votar com o parecer, pelo menos, os que estão sendo beneficiados continuarão tendo a passagem mais barata. Ele prometeu, que cumpra”, afirmou. Também discursou o Vereador Luiz Guarnieri. “Complementando a fala dos nobres vereadores, é evidente que, agora, estão doendo, no bolso, os gastos incorretos e inadequados do prefeito. Então, ele está procurando de onde tirar, de onde diminuir custos, assim como o próprio Governo Federal quer fazer. O novo Ministro do Planejamento quer mexer em tudo, menos na política fiscal, menos nos seus gastos. Ele quer o dinheiro do FGTS, saiu nos jornais, nesses dias, e a CPMF, que nem foi para votação, mas já consta no orçamento de 2016. Trazendo este raciocínio para a cidade, há dinheiro – com todo respeito,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presidente – para pagar o aluguel do anexo da Câmara Municipal, quase trezentos mil reais/ano, sem aprovação da maioria dos vereadores da Casa. Dinheiro, para isso, tem”. Neste ponto, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou ao orador, que se ativesse à discussão do objeto do projeto de lei e deste não se desviasse. Retomando a palavra, o Vereador Luiz Guarnieri prosseguiu, em seu discurso: “O dinheiro sai do mesmo cofre. Estamos falando de dinheiro. O prefeito queria alugar mais um paço municipal. Foi uma briga, não conseguiu. Conseguimos aprovar o plebiscito, ele quer desaproveitar, porque quer, a todo custo, fazer a parceria público-privada do SAAE. Analisando, friamente, de onde ele quer tirar dinheiro agora? O prefeito quer tirar dinheiro do pobre coitado. As técnicas Ana Teresa e Daniela explicaram muito bem, mas o prefeito não menciona valores, não se sabe valores, não sabe quanto gasta hoje, nem quanto vai economizar. Tudo gira em torno de dinheiro, dinheiro que esta administração não sabe administrar. Vai tirar de quem? Do coitado! Economizar o quê? Trinta mil reais? Tudo isso? Temos que pensar e pensar na minoria, no menos favorecido. Temos que votar com este parecer, para que, pelo menos, a população carente continue recebendo o benefício. Sobre o próximo governo, como disse Vereador Osvaldo, vai depender do plano de governo do próximo candidato. Se ele for eleito sob efeitos da mesma promessa, teremos que vir aqui, cobrá-lo do desempenho do programa”, declarou. Em votação o pedido de Votação Nominal, requerido pela Vereadora Dayane Amaro Costa, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, foi aprovado, unanimemente, pela Casa. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à Votação Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram, favoravelmente (SIM) ao projeto, ou contrariamente (NÃO) ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Benedito José do Couto, Cinoê Duzo, Dayane Amaro Costa, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Marcos Bento Alves de Godoy, Maria Helena Scudeler de Barros, Osvaldo Aparecido Quaglio e Waldemar Marcurio Filho votaram (SIM); os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos, Laércio Rocha Pires, Leonardo David Zaniboni votaram (NÃO); (submetido a votos, Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara acatou, por treze (13) votos favoráveis a três (03) votos contrários, Turno Único, o parecer desfavorável da CESAS ao Projeto de Lei nº 149/2015, do Sr. Prefeito Municipal); (arquite-se); **2. Projeto de Lei nº 153, de 2015**, de autoria do Prefeito Municipal, “instituinto do Conselho Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da política municipal de saneamento básico, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 153/2015, do Sr. Prefeito Municipal); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **3. Projeto de Lei nº 156, de 2015**, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Centro de Convivência Infantil de Mogi Mirim (CCI), para o fim que especifica, e dando outras providências”. Emenda do Vereador Benedito José do Couto. Parecer das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, fez uso da palavra o Vereador Benedito José do Couto. “Venho falar sobre a emenda. O projeto, na forma original, impede o CCI de receber o mês de janeiro. Emendei, para retroagir os efeitos a contar de 1º de janeiro de 2016, para que a entidade não fique sem receber o mês de janeiro. Apenas isso”, frisou; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 156/2015, do Sr. Prefeito Municipal e Emenda); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Regimento Interno: 4. Projeto de Resolução nº 4, de 2015, de autoria da Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, “dispondo sobre alteração do Artigo 1º, da Resolução nº 135, de 14 de agosto de 1989 – TRIBUNA LIVRE”, juntamente com emenda da autora. Parecer e emenda da Comissão de Justiça e Redação. Fez uso da palavra a autora, Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Apenas desejo lembrar aos pares, que este projeto de resolução procura fazer justiça aos cidadãos que veem aqui, inscritos em Tribuna Livre, e que, ficam à mercê do plenário, para terem suas falas antecipadas. A troca do horário é questão de justiça”, explicou; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Resolução nº 04/2015, da Vereadora Luzia Nogueira e Emendas); (ao Presidente da Câmara para promulgar, conforme Artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 5. SUBSTITUTIVO ao Projeto de Lei nº 121, de 2015**, ambos de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “instituinto o prêmio Professor do Ano, no âmbito do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro (1º) Turno, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 121/2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em segundo turno); **6. Projeto de Lei nº 124, de 2015**, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre prazo para marcação de exames e realização de consultas específicas e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 124/2015, do Vereador Marcos Bento de Godoy); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em segundo turno); **7. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação**, ao Projeto de Lei nº 134, de 2015, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “autorizando o Executivo Municipal a instituir o programa Bailando na Praça”. (rejeitado o parecer desfavorável, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, para opinar, “ex-vi” do contido no § 4º do art. 55 do Regimento Interno). Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 21/2016, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III; e 163, §2º, todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a retirada do Projeto de Lei nº 134/2015, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, o Requerimento de Retirada nº 21/2016, do Vereador Laércio Pires); (retire-se; archive-se); 8. **PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação**, ao Projeto de Lei nº 137, de 2015, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, “dispondo sobre a proibição de trânsito de caminhões e treminhões transportando cana de açúcar, na Avenida Luís Pila em Martim Francisco”. (rejeitado o parecer desfavorável, o projeto de lei será encaminhado à Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, para opinar, “ex-vi” do contido no § 4º do art. 55 do Regimento Interno). Para comentar, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Este projeto é muito bom, para o Distrito de Martim Francisco. Quem mora lá, sente, na pele, os tratores que puxam as carretas. Chega a estremecer o chão. É fácil dar parecer contrário, se o vereador não mora lá. Por esse motivo defendo o projeto e vou votar contra o parecer. E peço que todos, sem exceção, defendam nossa região. Que os caminhões trafeguem por outra estrada. Que eles se virem, evitando a avenida, única avenida principal que temos. E pergunto: vai danificar ainda mais o que já está danificado? Voto contra o parecer”, sublinhou. Também comentou a matéria o autor, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agradeço. Quem mora em Martim Francisco sabe do que estamos falando. Eu nasci na Avenida Luiz Pilla. Cresci por lá e sempre enfrentamos o problema dos caminhões. É um inferno os caminhões passando. Muito difícil. Outra coisa interessante e importante é que, na citada avenida, temos creches, UBS e a escola estadual principal. Temos tudo, na mesma avenida. Existem estradas, que fazem a ligação à SP - 340. Há uma saída, pela Usina Esmeralda também, acesso à SP - 340, portanto, não há necessidade deste problema, transitando dentro do distrito”, aclarou. O próximo a discutir foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Acredito, que o parecer tenha sido técnico. Eu vou apoiar o povo de Martim Francisco. Serei contrário ao parecer e estarei com o povo de Martim Francisco. Aquele corredor-avenida tem de tudo: escolas, creche, posto de saúde e muitos caminhões passam por lá”, disse. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “A pergunta é: quantos centavos a usina aplicou, ou devolveu, por ter explorado, gratuitamente, a Avenida Luiz Pilla? Antes mesmo de ser vereador, tenho carinho por Martim Francisco, pois sou professor lá, há quinze anos. Aquela estrada, a Rodovia Senador André Franco Montoro, estava esburacada. O risco de acidentes era muito grande. O último recurso obtido foi estadual, através de Barros Munhoz. Ficou um tapete, mas os treminhões estão lá, explorando a estrada. Repito: quanto a usina retornou ao distrito? Só não aconteceu um acidente, na avenida, porque o anjo estava de prontidão. Imaginem os treminhões passando e os alunos entrando e saindo da escola. Com todo respeito à CJR, mas eu voto contra o parecer. E o autor do projeto, que se lembre da população e não de seu patrão. E vamos bolar uma ideia, de como a usina poderá colaborar com algo, porque utiliza as estradas vicinais, nos arredores do distrito. A usina tem que sentir, na pele, o escoamento de sua produção. É muito fácil usar a Avenida Luiz Pilla. Na sequência, comentou a matéria o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo. “O parecer foi desfavorável, em virtude do vício de iniciativa, pois é matéria de iniciativa exclusiva do prefeito. Mas eu, pessoalmente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entendo que o projeto é bom e eu vou votar contra o parecer técnico desfavorável”. O próximo a discutir foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Parabéns pelo projeto, Vereador Marcos. Concordo, que veículos pesados têm que ser retirados de centros urbanos. A Avenida Luiz Pilla é a única via de transporte no distrito de Martim Francisco. Mas há um problema, que é o vício de iniciativa. Acho até, que nem precisaríamos de projeto, bastando a Secretaria de Mobilidade Urbana proibir o trânsito de veículos pesados na avenida, em Martim Francisco. O projeto tem uma falha. Discrimina treminhões, caminhões de cana de açúcar. E as demais categorias? Minérios, cereais, gado, eucalipto. Por que um pode e outro não? Discrimina, no meu entendimento. Entendo, que o projeto poderia ser aprimorado. Penso, que a usina poderia derrubar o projeto, na Justiça, pois discrimina. A cidade de Artur Nogueira proibiu o trânsito de veículos pesados, no município. Todos eles, independente da carga, e a iniciativa foi do Poder Executivo”, afirmou. O Presidente da Câmara colocou que a intenção do autor era a cana de açúcar, pois os treminhões transitavam várias vezes, no dia, pela avenida, enquanto que as demais cargas, ocasionalmente; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, unanimemente, Primeiro (1º) Turno, o parecer desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 137/2015, do Vereador Marcos Bento de Godoy); (ao exame da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento A. de Godoy. “Venho agradecer os votos favoráveis aos meus projetos. Um vereador cita, que eu voto com o prefeito. Gostaria de saber, da população que nos vê, se ela tem conhecimento, de que para todos os projetos polêmicos, nesta Casa, os votos contrários foram dados. Fui contra a concessão do SAAE. Votei pelo plebiscito popular sobre a concessão do SAAE. Sou coerente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com meu voto sempre, quando voto a favor, ou contra, venho para a tribuna e explico. Fala-se que Marcos vota tudo. Mentira! Não voto tudo. Sou contra o aluguel do prédio, não era a hora. O presidente, que me perdoe retornar ao assunto, mas não era hora. Opinião minha, defendo o que penso defender. Em novembro, fiz um requerimento, para pedir a presença dos secretários aqui, no início de 2016. Nenhum deles compareceu até agora. Vou cobrar! É justamente a oportunidade que eles têm, de se defenderem das denúncias contrárias aqui. Eu sei reconhecer as falhas. Se hoje, eu for explanar sobre onde o governo municipal errou, terei que começar desde o primeiro dia, do primeiro mês. Ele, o prefeito, sabe naquilo que errou. Só que não dá para permanecer vítima de situações. O que fica de bom, ninguém comenta. O que é feito ruim, todos da base são os responsáveis. O Parque das Laranjeiras. Quando as máquinas estão trabalhando, meia dúzia de vereadores tiram fotos, tem gente que sobe até no pneu das máquinas, para dizer que estão fazendo alguma coisa, ou que foram eles que pediram. É ao contrário! Somos nós, que fazemos reuniões, que cobramos o trabalho do governo. Não é fácil ficar aqui, sendo massacrado. Votei contra o requerimento do vereador, de forma consciente. Eu já tinha requerido. Adianta votar requerimento? Eles aparecem? Os secretários comparecem aqui? Quantos requerimentos já votamos sobre isso? Vou cobrar sim, vão dar explicações, para cada um de nós. Se não tem nada a temer, que venha, é fácil responder às nossas perguntas. É esta a minha indignação. Oficializei o gabinete e todas as secretarias, na semana passada. Há secretário, que disse que não virá. Se não aparecer, com requerimento aprovado, irei à Justiça, pois é direito legal do vereador convocar. Agora, eu não posso aqui, ficar fazendo qualquer papel. Sobre o parecer desfavorável da vereadora sobre a Tarifa Social, ela tem razão mesmo. Clamei, para que votássemos a favor do parecer contrário. Não fomos nós que prometemos, foi o prefeito quem prometeu. E pouco foi feito do prometido. Crise? Todas as cidades estão enfrentando problemas, não só Mogi Mirim.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Estamos vivendo momentos difíceis e precisamos ter coerência e entendimento. E quero adiantar aos que chegam, na tribuna, para apunhalar: não sou candidato a prefeito! Se um dia eu for, será com o apoio dos que querem o bem”, explanou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Gostaria de citar matéria do jornal O Popular, intitulada “força tarefa – hoje é dia de mega ação contra a dengue”. É um começo, uma iniciativa, mas eu gostaria de saber, onde está sendo descartado todo o lixo coletado, que está sendo retirado das casas e ruas? Para onde levam? Outro ponto: neste final de semana, foi realizado, por um pequeno grupo de pessoas, porém muito organizado, o carnaval do bloco E Eu Ligo? Por que cito o evento? Porque houve a vontade de fazer algo, que o desgoverno municipal não faz, com desculpa de que não tem dinheiro e nem condições. Este pequeno grupo realizou um evento sem brigas. Cerca de três mil pessoas. Uma ideia legal foi reverter parte do arrecadado, no evento, em prol das entidades. Isto uniu o útil ao agradável. As entidades precisando e a população carente de eventos sociais. Todos brincaram e colaboraram, para as entidades assistenciais da cidade. Conclusão: se há vontade de realizar, a coisa funciona. Que outros grupos possam se organizar e criar outras opções de lazer e culturais. Se é bom, por que não copiar?”, perguntou. Como os próximos inscitos, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio e Leonardo David Zaniboni, desistissem do uso da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Quero agradecer a aprovação dos meus requerimentos e indicações. Fiz uma indicação, sugerindo uma lombada, em frente às Chácaras Areião. São muitos os acidentes, que acontecem, por lá. É um pedido dos moradores, para que a Secretaria de Obras possa implantar, pelo menos, uma lombada. Teriam que ser duas lombadas, na realidade, com uma distância de cem metros após. Também reiterei pedido de lombada, para a Rua Ângelo Bruno, no Bairro Parque das Laranjeiras. Ainda uma indicação, sugerindo uma operação maciça, para tapar os buracos, na cidade inteira. Desejo agradecer ao Cristiano,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

departamento de limpeza, por ter atendido aos nossos vários pedidos, inclusive, a limpeza no NIAS. Mostra muito boa vontade, em seu trabalho, e eu agradeço. Sei que encontra dificuldades, em virtude das chuvas. Sei que seriam necessários mais profissionais, mais pessoas, para dar conta da limpeza. Aproveitar o ensejo para parabenizar o Provedor da Santa Casa, Senhor Josué Loli, bem como os médicos e funcionários, que se empenharam, voluntariamente, dedicaram-se e conseguiram ampliar a pediatria da Santa Casa. Inaugurada dia 19, estive lá. Trata-se de uma boa melhoria, a extensão da área da pediatria. Fiquei contente, parabéns aos envolvidos”, narrou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “É. Temos aqui, realmente, uns vereadores cara de pau. É o cumulo do absurdo. Não estou aqui, para defender o prefeito. Mas vejamos as atitudes das pessoas, na tribuna! Há um tempo, o vereador falava do absurdo que era o gasto com o Natal, o quanto gastaram. Depois, pergunta para onde vai o lixo, retirado pelo mutirão da dengue. Então, se a administração faz, ele reclama; se não faz, reclama do mesmo jeito. Meu Deus! O que é isso? Hoje, presenciamos vereadores do passado, uns chegaram até à presidência desta Casa. Estavam lá, no centro da cidade, protestando contra o parcelamento da dívida das entidades. Engraçado. Hoje, o prefeito foi parcelar a dívida, a ‘casa caiu’. Isto, é só para a população saber, quem é quem. Aqueles, que já estiveram no poder, usam desta tribuna e não se lembram que, no passado, faziam igual, ou bem pior. À época deles, apoiaram até a taxa de iluminação pública. E houve apagão! O ex-prefeito apagou a cidade. Tenho o jornal. Memória fraca. E quando o ex-prefeito parcelou as dívidas, para com as entidades? E o cidadão vem questionar você, já tendo sido o secretário de finanças. Veio aqui, bater boca, com vereador. Então, quer dizer, que na época dele, como diretor financeiro, a administração podia parcelar, mas hoje não pode? A população tem que ficar esperta com cada vereador, que usa a tribuna, principalmente, com aqueles que já foram ‘poder’ nesta Casa, já foram presidentes aqui. Estiveram ao lado do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ex-prefeito, que fez igual, ou pior ao que está aí. Logicamente, na minha retrospectiva, irei divulgar, que foram contra o nosso trabalho, no Parque da Imprensa, quando conseguimos asfaltar dezesseis ruas, com recursos próprios. Vereador era presidente e era contra nós, os populares do Parque da Imprensa. E, hoje, posam de bacana. Candidatos a prefeito. Hoje, eles se escondem. Querem aparecer grandão. Outro vereador nunca trouxe um prego para a cidade, bate na tribuna e desafia. É legal ser desafiado por alguém, que fez alguma coisa pela cidade. Eu desafio este rapaz, ao debate, eu e ele e toda a população. Quero saber o que ele fez, para a cidade. Não! Para o bairro dele! Será que ele tem coragem de debater comigo? E chamo a população, para assistir. Não os políticos derrotados, que ficam vaiando. Quero a população. Não os derrotados, que ficam no Facebook. Por que chamar o secretário, se já está certo, que ele irá começar as obras, nesta semana? Por que votar, para ele vir aqui? Para ele fazer o quê? O povo não aguenta mais esta história de audiência, para ficar olhando na cara daquele rapaz gordo. O povo quer ação! Não adianta querer trazer o secretário aqui, só para aparecer, politicamente. Nós fizemos o que deveria ter sido feito: chamamos o povo, para uma reunião, no gabinete do prefeito. E o asfalto está saindo, e se este gordo, mentir para mim, ele está perdido, porque fizemos três reuniões e ele se comprometeu, na frente dos munícipes”, explicou. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Antonio Guarnieri e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Pires, gordo não. Barrigudinho, fica melhor. Venho esclarecer algumas publicações, na imprensa, relativas ao denominado ‘mensalinho’, acusações contra mim e contra os vereadores da Casa. Entrei com uma ação, na Comarca de Mogi Mirim, em 2014, por calúnia e difamação e o envolvido era Ernani Gragnanello. Havia um Gasparzinho, um fantasma, denominado Lázaro Ramos da Silva. Por três vezes, o Oficial de Justiça tentou citá-lo e não conseguiu. Por isso, o processo não tinha andamento. Foi feita uma citação, com dia e hora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

marcada, na casa dele. Agora, o processo está em curso. Quero deixar claro que, na época da presidência do Vereador Benedito do Couto, quando se deu este fato, eu pedi que a presidência e os vereadores tomassem posicionamento contra as calúnias ditas por Ernani. Portanto, minha parte, eu fiz. O promotor vai pedir abertura das contas bancárias e da situação fiscal. Minha vida é um livro aberto. Não precisa nem fiscalizar. Se ele quiser, mandarei imprimir e entrego, na mão dele. Nada tenho a esconder. Agora, vou comentar uma situação, que o próprio Vereador Luiz Guarnieri sabe. Logo no início do meu mandato, eu ainda frequentava as reuniões do PT. Nós fazíamos a reunião e, duas ou três reuniões posteriores, é que nós assinávamos a ata. Assinávamos, no calor de uma outra reunião e novos assuntos e, assim sendo, muitas vezes, assinamos a ata depois, sem ler, tendo confiança na pessoa de Ernani. Portanto, não posso dizer se assinei a citada ata, ou não. Uma coisa eu garanto a todos: eu jamais mencionei o assunto com Ernani. Ele, no início do mandato, é que veio conversar comigo, que ele sabia que havia comentários de ‘mensalinho’ na Câmara Municipal. E que ele iria comprar ou uma caneta, ou um relógio, para que eu pudesse efetuar gravações. Eu lhe respondi, que não usava joias, sequer acessórios, tais como canetas, ou relógios. Se houvesse um caso assim, pensa ele que seria fácil provar? Jamais. Outra coisa eu lhe disse. Ele tinha sido vereador. Por que esta dúvida? No mandato dele houve alguma coisa? De nenhum vereador, nunca presenciei ato neste sentido. De ninguém, muito menos de mim. Eu imprimi a minha indignação. ‘Ernani não tem caráter. Não vou falar do Oberdan, porque ele, para mim, significa nada. Ele é pau mandado do Ernani. Ernani é um indivíduo, com prática de representações. Tenta, de todas as formas, fazer com que o povo o enxergue. Ele quer holofotes, principalmente, nas épocas de eleições. Ele está se lixando para a população. Se ele soube, em 2014, notícias de ‘mensalinho’, por que somente agora, em 2016, trouxe-as à tona? É um modo de chamar a mídia para o seu lado, dando de bonzinho, fazendo campanha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eleitoreira antecipada. Pergunto: por que ele, na época, não tomou providências? Ele esperou ser citado na ação, por calúnia e difamação, que tenho contra ele. Por que ele se calou, se os fatos ocorreram em 2014 e só denunciou agora, em 2016? O que ele pretendia? Sabe-se que a prática de ‘mensalinho’, ou ‘mensalão’ é um dos nomes dados a corrupção, da qual o PT é pai e mãe. Este Ernani não larga o diretório municipal. O que há por trás deste diretório? Onze anos. Ernani e Oberdan são políticos amorais, por natureza, não têm caráter. Conduta de moralidade é só aparente. Não têm compromisso com nada e ninguém. Ernani vive sob a prática da política suja, dá rasteira nos seus filiados, mentindo e distorcendo a verdade dos fatos. Vive às custas da política suja, encostando seu umbigo em prefeituras, como um carrapato, que é o que ele é. Parem de ser hipócritas e cessem de enganar o povo. Mogi Mirim não é palco e nem vocês são atores. Vocês são apenas uma facção da maldade. A verdade é que estamos em 2016, ano de eleições. Em 2014, ele veio me acusando de trabalho escravo, para me impedir de ser candidato, até mesmo para deputado estadual. Em 2016, teremos eleições municipais. Jamais saiu de minha boca esse tipo de pronunciamento, em relação a ‘mensalinho’, nesta Casa de Leis. Jamais mencionei qualquer vereador. Só que Ernani distorce tudo. E invoquei à época, que o Presidente tomasse providências, as quais não foram tomadas, ficou por isso mesmo. Eu tomei atitude e ingressei com a ação. E está aqui, o Vereador Luiz Guarnieri, que concorda comigo, que, por várias vezes, assinamos a ata da reunião, posteriormente, e muitas vezes, sem ler, na confiança na pessoa de Ernani Gragnanello”, pronunciou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Gostaria de continuar minha fala sobre o plebiscito. Vejo, com indignação, mais esta iniciativa do Executivo, de não respeitar esta Casa. O plebiscito foi aprovado, por quinze votos contra um. E, durante o recesso, o prefeito decidiu entrar com uma liminar, que suspendeu a questão do plebiscito, alegando custos. Uma administração, que nunca soube planejar. Estamos aguardando o balancete,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para comprovar isso. Quanto entrou, quanto se gastou e quanto restaram, em dívidas, para este ano; quando foram refeitos os contratos. Vamos aguardar. A Justiça suspendeu o plebiscito, neste momento, mas as audiências deverão ser marcadas e eu espero, que os responsáveis não sejam lentos e acabem engavetando. As audiências terão que ser marcadas e que, isto, seja em breve tempo. E que as audiências sejam amplamente divulgadas e que, a população esteja presente. Esperamos que a população, desta vez, se faça presente. Sempre nos colocam como vereadores da oposição e sempre como negativos, querendo apostar no pior, ao invés de ajudar a administração. Isto não é verdade. Nossas atitudes são pautadas na nossa responsabilidade, para com a população, a qual representamos, e eu não vou mudar minha atitude, em nenhum momento, independentemente, de ser, ou não, ano eleitoral. Não é questão de aparecer. Colocamo-nos, somente, quando não concordamos e sempre colocamos o porquê. Nós não nos escondemos. Vereadores Maria Helena, Luiz, Jorge e eu nos reunimos e estamos estudando, mesmo durante o recesso. Pedimos, agora, para discutir esta cobrança da SESAMM. Tudo foi autorizado, no passado, mas nada veio a público. Quem vai pagar a conta de quase sete milhões? Carlos Nelson deixou uma dívida de mais de cinco milhões, junto ao SAAE e, agora, ainda descobrimos mais esta cobrança? Sem falar do esgoto, que cresceu a conta, por ele ter autorizado uma antecipação da obra. Pedimos, que os responsáveis agendem as audiências e que a população se faça presente. Não deixem só para a gente não! Sejam presentes não só no Facebook, mas nas audiências. Caso contrário, não sei onde vai parar a tarifa de água e esgoto, neste município”, salientou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Venho justificar, porque obtive resposta do presidente, sobre o intérprete de Libras. Fiz ofício, endereçado ao presidente, questionando-o e, hoje, ele me respondeu, afirmando que o problema será resolvido, em breve semanas. Que bom, que a população vai acompanhar as sessões, do modo como deve ser. O bloco de carnaval E Eu Ligo? Eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estive lá. Estão de parabéns. Tudo muito bem organizado. O pessoal arrecadou, para as entidades, e fez o carnaval, através da venda de camisetas. Pediu também, que as pessoas levassem alimentos e foi uma ação muito importante. Eu parabeno os organizadores. Hoje, também, uma grande vitória nesta Casa. Agradeço aos vereadores, que acataram o parecer desfavorável da CESAS, relativo à Tarifa Social. É mostrar ao prefeito, que as coisas não são sempre como ele quer, que esta Casa tem sua opinião e que, é desta forma, que deve ser, pois, afinal, o prefeito já provou, que não ouve a voz da população. Bem lembrado, pela Vereadora Luzia, a ação do prefeito de derrubar o plebiscito, ou seja, ele não quer ouvir a opinião do povo. Ele tem medo de ouvir a população. Já mostrou isto, várias vezes. Não quer vir à Câmara Municipal. Fiquei chateada, em ver negado o pedido do Vereador Luís Roberto, para trazeremos o Secretário de Obras aqui, para explicações. Penso que, mesmo que ações estejam sendo tomadas, não custa vir e dar explicações aos representantes do povo. Nada demais nisso. Falando sobre as demais promessas do prefeito, não só a Tarifa Social, a um real. Ele listava doze promessas, em sua campanha. Fomos verificá-las. Creches. Verificamos várias creches caindo aos pedaços, durante sua administração, todas em condições deploráveis, realmente. Universidade pública, em Mogi Mirim. Ninguém vê. Merenda com mais qualidade e menor preço. Agora é, que se iniciou o processo de municipalização. Tivemos vários problemas, com a merenda. Novas empresas. Não vimos nenhuma. UPA. Ficou a história, sempre sendo levando em frente. Defesa da vida programa pró-mulher, já denunciei que nem o conselho da condição feminina funciona. Internet gratuita, nem se fala. Segurança e monitoramento inteligente. Também não funcionou. Sustentabilidade? Nada. Valorização do funcionalismo. Os funcionários que o digam! Qualidade de vida e atenção ao idoso. Nada. Acessibilidade. É zero. Como apoiar um prefeito assim?”, denunciou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Inicialmente, quero falar sobre o discurso do Vereador Marcos, que criticou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

meu requerimento, que convocava aqui, o Secretário de Obras. Sempre falo aqui. Transparência para nós, vereadores. Sinto, Marcos. Até acreditei nisso, mas você votou contra a vinda de um secretário aqui. Então, tem que ser verdadeiro. Final do ano de 2015 e janeiro de 2016. Mogi Mirim viveu um caos. Alagamentos, enchentes. Zona leste, com vários problemas, começando pelo NIAS. A parte alta do campo de futebol e da pista de atletismo desceu e invadiu a rua. Desmoronamento do barranco. Chamei a defesa civil, naquele exato momento. A Defesa esteve lá. Naquele exato momento, acontecia também uma enchente no Túnel Mário Covas. Um ônibus da Viação ficou encalhado, por lá. Sempre acontece isso. Avenida Jairo Aparecido Vilela, no Jardim Sbeghen. A água invadiu as casas, de novo, mesmo colocando emenda, no orçamento, para solucionar. O prefeito vetou e os vereadores acataram. Atrapalhou tudo. Naquela mesma noite, outra ligação, estava desmoronando a lagoa, no Bairro Estação Vergel, ameaçando transbordar. São dez famílias abaixo. Chamei a Defesa Civil. Mandaram uma máquina lá, que fez limpeza e prosseguimos neste trabalho, semana adentro. Parque das Laranjeiras. Final de ano terrível, moradores ilhados. O SAMU não entrou no bairro. Morador teve que carregar pessoas até a ambulância do SAMU. O caos. Uma cratera se abriu na Rua 32. Gigante. Em todas essas situações, somente a defesa civil deu as caras. Nenhum secretário, sequer o prefeito. Em Mogi Guaçu, com enchentes, o prefeito ajudando a população. Nosso prefeito sumiu, não fez nem uma nota à população, quem fez foi Defesa Civil. Agradeço a Defesa Civil de Mogi Mirim, na pessoa de Elaine. O Vereador Manoel Palomino foi citado, pelos jornais, como pessoa que atuou, na cidade, em geral. É difícil. Não tem ninguém, no administrativo, que possa olhar pela população, ver o caos, para depois, não ficar rejeitando indicações, ou requerimentos. A situação é real, Mogi Mirim está o caos, na segurança, e sofrendo com enchentes e ventanias. Sobre a CIP. Iluminação pública. Desde 2014, venho fazendo requerimentos, pedindo informações sobre valores e tudo mais. A Secretária de Finanças não entregou,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para mim, o mesmo documento, que o juiz está pedindo. Vou entregar ofício ao juiz, dizendo que tentei de tudo. Mogi Mirim está pagando um absurdo, comparado a Mogi Guaçu. Há um só carro, na rua, para manutenção. Ao contrato, vimos que várias equipes estariam na rua. Vou mandar um ofício ao juiz, narrado nossa luta e nosso trabalho, para que ele veja, que a Câmara tentou”, frisou. Como a próxima oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, inscrita, desistisse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Aproveitando o gancho do assunto da proibição de treminhões, na Avenida Luiz Pilla, lembro que, através da aprovação do Plano Diretor, foi municipalizada a Rodovia SP 147, no trecho compreendido entre Posto RVM até o anel viário. Atualmente, é um absurdo tentar adentrar no Jardim Maria Beatriz, o primeiro de dez outros bairros. Corta-se uma rodovia e, quem está na rodovia, é quem deve parar. É um absurdo. Acidentes acontecem todas as semanas. Venho conversando com Beatriz Gardinalli, para mudança daquele trânsito, proibindo caminhões de passar por dentro da cidade. Desejo, que façam o contorno pelo Anel Viário Jamil Bacar. Não há porque passar dentro do município, exceção feita aos ônibus, para acesso à rodoviária. Como está, está um absurdo e espero que a Secretária de Mobilidade, Beatriz Gardinalli, faça adaptações e mude o trânsito, naquela região”, clamou. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento dos senhores *Paulo Franco de Campos; Dimas Augusto de Oliveira e ex-vereador José Luiz de Oliveira – Zecão; Sr. Edmilson Tavares Pinheiro; senhora Celina Bordignon Adorno; Dr. Dayrson Chiarelli Junior, Maria Aparecida Justino Andrade e senhora Maria Inês Franco dos Santos*, falecidos recentemente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h55, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM